



Mais Médicos é aprovado pelo Senado e vai para sanção

Versão da medida provisória que havia sido aprovada pela Câmara foi confirmada sem alterações pelos senadores. Para que governo consiga atrair médicos do exterior, os registros provisórios serão concedidos pelo Ministério da Saúde, e não pelos conselhos regionais de Medicina

O Plenário aprovou ontem a MP que cria o Mais Médicos, programa que leva médicos estrangeiros e brasileiros formados no exterior para localidades remotas. O presidente da Casa, Renan Calheiros, destacou que o programa corrige “distorções no atendimento à população”. A votação foi consensual, mas o debate foi intenso entre defensores e críticos à mudança no registro provisório dos médicos, entre outros pontos. **3**

Senadores votam a medida provisória que cria o Mais Médicos: programa busca resolver falta de médicos do SUS no interior do país



Moreira/Motiz/Agência Senado

Geraldo/Mageia/Agência Senado



Gim e Vital na sessão da CCJ que aprovou regras para clubes esportivos

Dirigentes esportivos poderão responder por endividamento

Projeto aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça determina que clube prejudicado

poderá pedir em juízo a expropriação de bens do dirigente responsável pelo endividamento. **8**

Criação, fusão e desmembramento de municípios ganham regras detalhadas **5**

Empreendedor individual tem nova opção para formalização **6**

Avança projeto que fortalece o combate à pedofilia na internet **7**

Governo sanciona lei que dá segurança jurídica a casas lotéricas **6**

Patrão arcará com todo o custo do vale-transporte

Projeto de Fernando Collor aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais extingue desconto de

6% no salário para custeio do transporte do empregado até o trabalho. Texto segue para a Câmara. **4**



Collor (D) recebe o ministro César Borges em sessão da Comissão de Infraestrutura

Marcos Oliveira/Agência Senado

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI
EC 75 | PEC da Música



Um tributo aos artistas brasileiros

O Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional 75, que estabelece isenção de impostos para a produção de CDs e DVDs de artistas brasileiros. Com a mudança no tributo, o Congresso garante a redução dos custos de produção ao mesmo tempo em que amplia o combate à pirataria.

É o Congresso Nacional valorizando quem faz o Brasil cantar.

saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei



Secom | Criação e Marketing

Congresso mantém vetos de Dilma a 5 projetos de lei

Votação dos vetos presidenciais segue nova rotina desde agosto. Segundo líder do governo na Câmara, há um acordo entre os partidos da base aliada para não alterar decisões de Dilma Rousseff

O CONGRESSO MANTEVE todos os vetos presidenciais submetidos a votação na terça-feira à noite. Foram examinados vetos relativos a cinco propostas, a maioria ligada a planos de carreira do Executivo.

Os vetos tratam do adicional de fronteira pago a policiais federais, da criação do cargo de analista de controle interno do Sistema Único de Saúde (SUS), do cálculo da avaliação do desempenho de especialista em meio ambiente, de mudanças em normas de seguro e de benefícios fiscais para produtores de álcool.

Desde que a nova rotina de votação dos vetos foi adotada, em agosto, todos os vetos analisados foram mantidos. O líder do governo na Câmara, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), disse que há acordo entre os partidos da base para mantê-los.

Fronteira

Os parlamentares analisaram, por exemplo, o veto da presidente Dilma Rousseff a dois critérios para a escolha dos postos que gerariam o direito ao adicional de fronteira



Maioria dos vetos mantidos pelo Congresso era sobre planos de carreira

a policiais e outros servidores que trabalhem no controle, prevenção e repressão dos delitos em regiões de fronteira: a existência de postos de fronteira ou de portos ou aeroportos com movimentação para outros países e a existência de unidades a partir das quais seja exercido comando operacional sobre os postos de fronteira.

Esses dois critérios, de acordo com o Executivo, aumentariam a despesa com o adicional, ao garantir o benefício a servidores de postos onde não há dificuldade de fixação de profissionais. Assim, o pagamento do adicional levará em conta a lotação em região de fronteira e locais com dificuldade de

fixação de efetivo.

Outro veto trata de um projeto que altera normas de seguros e resseguros para dar privilégio ao pagamento de credores por restituição de prêmio de seguro. Os credores teriam privilégio sobre reservas técnicas, fundos especiais ou provisões garantidoras das operações de seguro. O IRB-Brasil Resseguros também teria privilégio após o pagamento aos segurados e beneficiários. O Executivo vetou o projeto sob o argumento de que o texto não levou em conta a lei que quebrou o monopólio do IRB sobre o resseguro, de 2007. Assim, argumenta, a norma prejudica outras sociedades seguradoras e resseguradoras.

Humberto: povo sabe que país está no caminho certo



Humberto Costa (PT-PE) afirmou ontem que o Partido dos Trabalhadores conta com o apoio de uma parcela significativa da população brasileira e não será destruído pela oposição ou "por quem quer que seja". O senador citou pesquisas eleitorais divulgadas recentemente pelos institutos Datafolha e Vox Populi que revelam que a presidente Dilma Rousseff tem condições de vitória no primeiro turno.

Para ele, a população reconhece as conquistas do governo petista e não quer voltar ao tempo em que a desigualdade social era muito maior.

Jarbas critica presidente Dilma por maquiagem de contas



Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) voltou a criticar a presidente Dilma Rousseff por fazer campanha eleitoral antecipada. Em pronunciamento ontem, ele também criticou o atual governo por maquiagem de contas públicas e por intervir em setores estratégicos para camuflar a inflação.

— Nunca, na história do Brasil, um governo federal maquiou contas, enganou a população. Só quem faz isso no mundo é nosso vizinho, a Argentina. Maquiagem contábil: parece brincadeira, é coisa do PT — afirmou.

Pedido de vista adia decisão sobre voto aberto

A votação de propostas sobre fim do voto secreto no Legislativo foi adiada ontem devido a pedido de vista coletiva feito por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP). O relator, Sérgio Souza (PMDB-PR), recomendou aprovação da PEC 43/2013 sem mudanças e rejeição das emendas de Plenário e das PECs 20 e 28, de 2013.

Aloysio decidiu pedir vista após ouvir observações de Pedro Taques (PDT-MT), que é favorável à abertura geral e irrestrita das votações no Congresso e nas demais Casas legislativas do país.

— A Constituição estabelece como regra a votação aberta. Excepcionalmente, em casos específicos, a votação será secreta — disse Taques.

Posições contrárias à derrubada total do voto secreto no Legislativo foram rebatidas por Taques, que discordou da manutenção do sigilo para votações sobre veto presidencial.

— Se para condenar o presidente da República pela prática de crime de responsabilidade a votação é aberta, por que na derrubada do veto o senador ou deputado poderia ser pressionado?

Argumentação similar poderia ser aplicada, na opinião de Taques, para desconstruir a defesa do voto secreto na indicação de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do procurador-geral da República.

— Se houver perseguição do ministro do Supremo Tribunal Federal e do procurador-geral da República em relação a senador que contra ele votou, existem mecanismos nos Códigos de Processo Civil e Penal (impedimento, suspeição) para afastar esse ministro do julgamento — observou.

Couto diz que obras do governo federal têm irregularidades

Mário Couto (PSDB-PA) disse ter um relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) que mostra irregularidades em obras do governo. Segundo ele, de 200 obras, apenas 9 estão em situação regular.

— Aonde chegamos? A bandeira prega ordem e progresso e a Dilma prega a desordem e o recesso desta nação — afirmou o senador.

Ele disse que casas do Programa Minha Casa, Minha Vida foram entregues sem rede de esgoto, luz e água.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Mozarildo pede investigação sobre governo de RR

Em discurso ontem, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu que o Ministério Público de Roraima apure denúncias de corrupção contra o governo do estado.

O senador leu reportagem do jornal *Folha de Boa Vista* com denúncias de que o governo do estado teria promovido aplicações indevidas de recursos do Instituto de Previdência de Roraima (Iper), o que teria acarretado prejuízo de mais de R\$ 30 milhões.

ADIAMENTO

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Número de deputados

14h Na pauta da sessão deliberativa, projeto que redefine o número de deputados federais, estaduais e distritais.

PRESIDÊNCIA Brasil Agroecológico

8h30 Renan Calheiros participa de seminário da Comissão sobre Mudanças Climáticas; às 11h, lançamento do Plano Brasil Agroecológico, com a presidente Dilma Rousseff; às 16h, preside a ordem do dia.

CRA Amazônia Legal

7h45 O processo de regularização fundiária na Amazônia Legal é tema de audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

CDH Povos indígenas

8h Audiência pública sobre a Convenção da OIT que trata dos povos indígenas terá entre os convidados a subprocuradora-geral da República Deborah Duprat.

CONSUMIDOR Novo código

8h30 Apresentação do relatório final da comissão criada para modernizar o Código de Defesa do Consumidor.

CMC Conferência de legisladores

8h30 Conferência de legisladores sobre mudanças climáticas terá a presença dos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Eduardo Alves.

CE/CCT/CDR Educação profissional

10h Audiência conjunta sobre a importância da realização de torneio internacional de educação profissional tem participação de Robson Andrade, da CNI.

CRE Embaixador na Venezuela

10h Comissão analisa a indicação do diplomata Ruy Carlos Pereira para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Venezuela.

CAS Mieloma múltiplo

10h30 A situação dos portadores de mieloma múltiplo será debatida, entre outros, por Angelo Maiolino, da Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia.

CONSTITUIÇÃO Trabalho escravo

14h O relatório sobre trabalho escravo e a minuta de projeto sobre direito de greve do servidor público podem ser votados na comissão de consolidação das leis.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das

sessões no **Plenário**:

<http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das

sessões nas **comissões**:

<http://bit.ly/comissoesOnline>



RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h30, reunião da **comissão especial criada para modernizar o Código de Defesa do Consumidor**; e, às 10h, reunião conjunta das **Comissões de Educação, Cultura e Esporte, de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e de Desenvolvimento Regional e Turismo**. Às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Texto que facilita contratação de médicos estrangeiros e brasileiros formados no exterior tem aprovação unânime, mas recebeu críticas

Programa Mais Médicos é aprovado no Plenário e segue para a sanção

O SENADO APROVOU ontem a medida provisória do Programa Mais Médicos, que facilita a contratação de médicos estrangeiros e brasileiros formados no exterior para atuar em áreas pobres e remotas. O texto aprovado da MP 621/2013 é o mesmo que havia saído da Câmara e vai para a sanção da presidente Dilma Rousseff.

— Este é um dos programas mais ousados do governo. É importante para corrigir distorções no atendimento à população, principalmente quem vive longe dos grandes centros — disse o presidente do Senado, Renan Calheiros.

Para o relator-revisor, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), a medida está sendo aprovada com atraso.

— Quando eu me formei, há 44 anos, esse problema da falta de médicos em regiões do interior, ou mesmo nas periferias das capitais, já existia. Estamos aprovando uma medida emergencial.

João Ribeiro (PR-TO), que classificou o programa como “grande tacada” de Dilma, opinou que será necessário trazer médicos do exterior enquanto o Brasil não formar profissionais



Senador Renan Calheiros (C) preside a sessão que aprovou o Mais Médicos

em número suficiente. Eduardo Suplicy (PT-SP) acredita que os médicos brasileiros aprenderão com a experiência dos estrangeiros e Humberto Costa (PT-PE) declarou que a atenção básica resolve 80% dos problemas de saúde de uma comunidade.

Já Inácio Arruda (PCdoB-CE) salientou que 700 municípios estavam sem profissionais de saúde, o que, para ele, prevalece sobre eventuais conflitos entre governo e médicos.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou que o Congresso dá lição de comprometimento com a saúde.

— Temos que elogiar a coragem da presidente Dilma.

Para ele, as críticas ao programa vêm das mesmas forças que, em 2008, derrubaram a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o que, disse, prejudicou o financiamento da saúde.

Registro

A oposição criticou a mudança no registro dos médicos vindos do exterior, atribuição que a MP transfere dos conselhos regionais de Medicina (CRMs) para o Ministério da Saúde.

José Agripino (DEM-RN) propôs a supressão do dispositivo por representar “humilhação” para os CRMs. O requerimento foi rejeitado por 42 votos a 15. Aloysio Nunes Ferreira

(PSDB-SP) viu “avanço inconstitucional do Executivo”. Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), “intervenção estatal nunca vista”.

Mozarildo afirmou que o projeto resulta de entendimento do Congresso com os médicos. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que o texto original dava poder aos CRMs para registrar os estrangeiros, mas as entidades impunham exigências excessivas.

Houve críticas aos planos do governo de trazer 4 mil profissionais de Cuba. Cássio apontou o risco de doutrinação ideológica da população mais pobre. Mário Couto (PSDB-PA) também criticou. Cristovam Buarque (PDT-DF) crê que é “muito pouco” ante as carências. Waldemir Moka (PMDB-MS) considera enganoso pensar que esses médicos serão a solução para o problema dos hospitais.

Outro ponto polêmico foi a necessidade de revalidação do diploma, que não será necessária nos três primeiros anos. Ele só poderá participar da prorrogação se integrar “carreira médica específica”, cuja definição depende de regulamentação.

Jader Barbalho informa ter encerrado “jejum” em debates

Durante a apreciação da MP do Mais Médicos, Jader Barbalho (PMDB-PA) usou a tribuna para apoiar a proposta e avisou que está encerrado o “jejum” de pronunciamentos.

Desde que assumiu o mandato, no final de 2011, o senador praticamente não se pronunciou no Plenário nem nas comissões, limitando-se a participar das votações.

— Hoje, encerro meu jejum para participar ativamente, e com muita alegria, do debate com as senadoras e os senadores — disse Jader.

Sobre o Mais Médicos, ele disse apoiar o “programa emergencial” do governo que visa ampliar o atendimento médico.

Mais cedo, durante a votação do projeto que regulamenta a criação de municípios (*leia mais na página 5*), Jader declarou voto favorável, lembrando que o tamanho exagerado de algumas localidades no Pará, por exemplo, dificulta o acesso da população aos serviços públicos mais elementares.



Moreira Maniz/Agência Senado

Mãe poderá registrar filho sozinha

Por unanimidade, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem, em votação final, projeto de lei da Câmara (PLC 16/2013) que autoriza a mãe a registrar o nascimento do filho em condições de igualdade com o pai. O projeto agora segue para sanção presidencial.

— É um projeto que procura promover a cidadania do recém-nascido e eliminar a discriminação contra a figura da mulher, da mãe, especificamente — disse o relator na CCJ, Humberto Costa (PT-PE).

Com a mudança na Lei de Registros Públicos (Lei 6.015/1973), o registro poderá ser feito pelo pai ou pela mãe, isoladamente ou em conjunto, em até 15 dias. Diante da falta de um dos dois, o outro terá prazo adicional de até 45 dias.

Pelas regras atuais, a criança deve ser registrada até 15 dias depois de nascida, prazo que será ampliado em até três meses nos nascimentos em lugares a mais de 30 quilômetros do cartório. Quando a declaração for feita exclusivamente pela mãe, o prazo será prorrogado por 45 dias.

O autor, deputado Rubens Bueno (PPS-PR), justificou a proposta apontando incongruência entre a lei e a igualdade de gêneros consagrada na Constituição e no Código Civil.

Obstáculo

Quando o projeto foi examinado pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), a relatora, Ângela Portela (PT-RR), disse que a legislação vigente é anacrônica e cria obstáculo para que a mãe promova o

registro logo nos primeiros dias de vida da criança.

Na análise para a CCJ, Humberto considerou que, no formato atual, a lei define de modo mais “exemplificativo” os responsáveis pelo registro do nascido. Ele observa que a obrigação vai além do pai e da mãe: no impedimento destes, a linha de responsabilidade vai do parente mais próximo presente ao nascimento, passando pelos administradores do hospital, médicos e parteiras que assistiram ao parto, até o encarregado da guarda do menor. Para o relator, com a proposta aprovada, haverá de fato uma obrigação sucessiva, seguindo a ordem que começa com pai ou mãe.

Humberto também observa que a Lei dos Registros não cria “obrigação” no sentido jurídico do termo, pois não há sanção a ser aplicada caso os prazos de registro sejam descumpridos após 45 dias. Ele assinala que, antes de tudo, o registro representa um ato de cidadania e um direito da criança e da pessoa natural em qualquer fase da vida. Como lembra, caso não tenha sido registrada, a própria pessoa pode declarar o nascimento depois dos 18 anos.



Senadores da Comissão de Constituição e Justiça aprovam projeto em votação final

Avança regulamentação da profissão de psicopedagogo

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem projeto que regulamenta o exercício da atividade de psicopedagogia. Segundo o PLC 31/2010, relatado por Ran-



Moreira Maniz/Agência Senado

dolfe Rodrigues (PSOL-AP), a

profissão poderá ser exercida por graduados em Psicopedagogia e por portadores de diploma em Psicologia, Pedagogia ou licenciatura que tenham especialização em Psicopedagogia.

Tempo para planejamento a todo profissional do ensino

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem projeto que estende a todos os profissionais da educação básica pública o direito já assegurado aos professores de contar com um período da



Moreira Maniz/Agência Senado

de contar com um período da

jornada reservado ao planejamento. Pela proposta (PLS 560/2009), de Osvaldo Sobrinho (PTB-MT), o tempo não poderá ser inferior a um terço da jornada de trabalho.

Comissão ouvirá especialistas sobre recursos para a educação

A comissão temporária sobre financiamento da educação aprovou ontem plano de trabalho do relator, Cristovam Buarque (PDT-DF).

Até o final do ano, serão realizados dois debates com



Moreira Maniz/Agência Senado

especialistas sobre três questões fundamentais: volume de recursos necessário para elevar a qualidade da educação, fontes para o financiamento e a melhor maneira de aplicar os recursos.

Isenção do vale-transporte para trabalhador é aprovada

Proposta extingue desconto de até 6% do salário para custeio do deslocamento de ida e volta para o trabalho por transporte coletivo. Texto agora será analisado pela Câmara dos Deputados

OS EMPREGADORES PASSARÃO a custear integralmente as despesas com o vale-transporte. Projeto de lei com esse objetivo, de Fernando Collor (PTB-AL), foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa. A matéria, agora, será examinada pela Câmara dos Deputados se não houver recurso para análise pelo Plenário do Senado.

Na avaliação do autor, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 242/2013 vai contribuir para o aumento da renda dos trabalhadores, já que eles não terão mais participação no custeio do transporte para o deslocamento ao trabalho. O benefício, na opinião de Collor, também não vai impactar significativamente no custo das

empresas, pois as despesas poderão ser abatidas da receita para fins de apuração do lucro tributável.

“Isentar o trabalhador de qualquer participação no custo do vale-transporte trará um considerável aumento de renda e um impacto desprezível nos custos e preços das empresas”, afirma Collor ao justificar a proposta.

De acordo com a lei que instituiu o vale-transporte (Lei 7.418/1985), informou o relator da matéria, Paulo Paim (PT-RS), o empregador poderá descontar até 6% do salário do trabalhador para custeio do transporte. Se o preço das passagens exceder o valor descontado, pela lei vigente, o empregador arcará com a diferença.

O vale-transporte, disse Paim, foi instituído como antecipação pelo empregador do valor gasto com transporte para que o trabalhador se desloque da residência para o local de trabalho e vice-versa, por meio do sistema de transporte coletivo público.

O relator ainda observou que o valor pago pela empresa com essa finalidade, por não ter natureza salarial, não se incorpora à remuneração e, portanto, não constitui base de incidência de contribuição previdenciária ou de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

— Trata-se, sem dúvida alguma, de medida ousada, porém necessária, para garantir aos trabalhadores do nosso país essa conquista — disse Paim.



O ministro César Borges e o senador Fernando Collor se cumprimentam

Quilombola e arqueologia atrasam obra em estrada, afirma ministro

Todas as rodovias federais deverão estar em situação boa ou regular até a metade de 2014, disse ontem o ministro dos Transportes, César Borges, em audiência pública da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

Segundo o ministro, atualmente 90% da malha rodoviária federal já está em situação boa ou regular. Ele explicou que o órgão expande e conserva a malha pavimentada por meio dos contratos de recuperação e manutenção.

Borges apontou, no entanto, dificuldades para viabilizar as obras. Ele citou as inúmeras fases pelas quais têm de passar, como a elaboração do projeto básico, o licenciamento ambiental, a licitação e a fiscalização do Tribunal de Contas de União (TCU).

— E assim as coisas vão se acumulando. Temos patrimônio histórico nacional, temos problemas com recursos naturais, as zonas de caverna, arqueologia, temos problemas também com os quilombolas. São problemas

inúmeros — afirmou.

O presidente da CI, Fernando Collor (PTB-AL), criticou a atuação do TCU. Para ele, há uma rigidez excessiva na fiscalização, gerando um custo mais elevado quando a obra é retomada.

— Essas matérias que são divulgadas por esses meios [de comunicação] dizendo que o Tribunal de Contas da União, que a Procuradoria-Geral da União pararam uma obra de R\$ 700 milhões, evitando assim um desperdício, são uma mentira. Isso é mentira porque é somente um lado da história. Tem que mostrar o outro lado — afirmou Collor.

Para o ministro, a solução está no Legislativo. Ele reconheceu que há falhas internas no Executivo, mas que a solução para agilizar a entrega das obras está na legislação:

— É o Congresso Nacional que pode efetivamente se dedicar à legislação e procurar caminhos que levem a uma entrega mais rápida à sociedade, porque a sociedade nos cobra.



Waldemir Moka (D) preside sessão da CAS que votou projeto que desonera o trabalhador de participação no vale-transporte

Projeto exige transparência sobre tarifa de coletivo

Proposta que facilita o controle da população sobre as tarifas do transporte coletivo foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Pelo projeto (PLC 50/2013), o poder público será obrigado a divulgar os dados usados para formar tarifas. O texto segue para a Comissão de Infraestrutura (CI).

O projeto vai além da exigência de publicação: reconhece como direito do usuário o acesso, em linguagem acessível, à fundamentação que amparou a decisão do poder público sobre o reajuste.

O relator na CCJ foi Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), que deu parecer favorável. Segundo ele, a falta de transparência gera desconfiança, que pode se transformar em revolta contra o patrimônio.

Proteção a pedestres poderá ser compartilhada

A proteção a pedestres e condutores de veículos não motorizados poderá se tornar competência comum da União, de estados, Distrito Federal e municípios. Proposta de Emenda à Constituição (PEC 24/2011) compartilhando a responsabilidade foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

De iniciativa de Inácio Arruda (PCdoB-CE), a proposta pretende oferecer mais segurança a pedestres e ciclistas. Apesar de transportarem menos de 30% das pessoas, os automóveis ocupam mais de 80% dos espaços em ruas e avenidas, segundo aponta a justificativa da PEC.



Moreira Mariz/Agência Senado

Casildo defende investimentos em mobilidade urbana

Casildo Maldaner (PMDB-SC) classificou como genocídio a quantidade de mortes no trânsito. Ele defendeu opções viáveis e humanizadas para a mobilidade urbana.

De acordo com o Ministério da Saúde, disse o senador, em 2011 morreram quase 45 mil pessoas em acidentes de trânsito no Brasil — “mais de cinco por hora”, frisou Casildo — e em 2012 foram pagas 508 mil indenizações pelo DPVAT, somando mais de R\$ 2,8 bilhões.

Em aparte, Jorge Viana (PT-AC) salientou a ineficiência do transporte público e cumprimentou o governo pelo aumento de investimentos no setor.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Figueiró pede mais investimento em Mato Grosso do Sul

Ruben Figueiró (PSDB-MS) pediu mais investimentos do governo federal em infraestrutura logística na Região Centro-Oeste, apontando a falta de estradas, portos e aeroportos, necessários ao desenvolvimento das potencialidades da região e à exploração de riquezas da área. O senador destacou Mato Grosso do Sul, onde é expressivo o desempenho do agronegócio.

Em discurso ontem, o parlamentar assinou que Mato Grosso do Sul, com “terra à vontade”, potencial e capacidade de trabalho, dá “respostas positivas” ao Brasil e espera mais investimentos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Santarém ganhará entreposto da Zona Franca de Manaus

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) considerou “uma grande vitória da região oeste do Pará” a validação, pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), do protocolo para criação do entreposto da Zona Franca de Manaus em Santarém (PA). A cidade, de 300 mil habitantes, fica na confluência dos Rios Amazonas e Tapajós.

O senador explicou que, segundo o governador do Pará, Simão Jatene, o acordo fortalecerá a economia com serviços novos, que possibilitarão a expansão do emprego e da renda. O entreposto deve entrar em funcionamento já no primeiro semestre de 2014.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Produtoras de etanol terão crédito de R\$ 380 milhões

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem a Medida Provisória (MP) 622/2013, que abre crédito extraordinário de R\$ 380 milhões para cobrir os encargos financeiros da União decorrentes do pagamento de subvenção à indústria produtora de etanol combustível do Nordeste.

Votação da LDO é adiada para a próxima semana

A votação da proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO (PLN 2/2013) para 2014 na Comissão Mista de Orçamento ficou para a próxima semana.

A justificativa foi uma reunião na tarde de ontem com a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, para acertar alguns pontos do texto.

Plenário aprova regras para criação de municípios

Após 17 anos, assembleias legislativas voltarão a examinar a criação de municípios; proposta vai à sanção presidencial

O PLÊNARIO DO Senado aprovou ontem o texto substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado 98/2002 — Complementar, que estipula novas regras para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios. O projeto é de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

Durante a discussão da proposta em Plenário, o autor disse que a imprensa tem feito uma leitura equivocada do projeto, ao dizer que ele irá aumentar os gastos públicos. Mozarildo afirmou que, caso a lei que propôs estivesse em vigor há dez anos, 2.800 municípios não teriam sido criados. Lembrou que, pela primeira vez, é exigido um estudo de viabilidade tanto do município a ser criado quanto do que será desmembrado.

Como reação à excessiva multiplicação de municípios em passado recente, alguns sem as mínimas condições econômicas de funcionamento, o Congresso aprovou a Emenda Constitucional 15, de 1996. O projeto de Mozarildo visa regulamentar a emenda.

Ana Amélia (PP-RS) elogiou o texto, que estipula critérios claros para a criação de novos municípios, tendo citado o limite mínimo de 12 mil habitantes. Lídice da Mata (PSB-BA) disse que a proposta fará com que se leve em conta a capacidade econômica e financeira de cada município a ser criado.

Blairo Maggi (PR-MT) lembrou que muitos distritos mato-grossenses ficam a mais de 400 quilômetros da sede do município.

Também manifestaram apoio à proposta os senadores Inácio Arruda (PCdoB-CE), Humberto Costa (PT-PE), Sérgio Souza (PMDB-PR), Mário Couto (PSDB-PA), Jader Barbalho (PMDB-PA), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Gim (PTB-DF), Eduardo Amorim (PSC-SE), Osvaldo Sobrinho (PTB-MT), Wellington Dias (PT-PI) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).



Mozarildo defende o projeto dele durante sessão deliberativa do Senado

Principais tópicos

- A criação, incorporação, fusão ou desmembramento só poderá ocorrer no **período** entre a posse do prefeito e o último dia do ano anterior ao pleito municipal
- Qualquer uma dessas ações terá início com **requerimento** à assembleia legislativa apoiado por 20% dos eleitores da região afetada, para criação ou desmembramento, ou 10%, para fusão ou incorporação
- O cadastro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) será a base de cálculo para o **número de eleitores** necessários para que o requerimento seja admitido
- Tanto o município a ser criado quanto o preexistente terão de ter a **população** mínima regional, conforme regras propostas no substitutivo — uma para Norte e Centro-Oeste, outra para Nordeste e outra para Sul e Sudeste
- O número mínimo de imóveis no **núcleo urbano** do novo município deverá abrigar pelo menos 20% das famílias do núcleo urbano original
- O **estudo de viabilidade municipal (EVM)** deverá abordar os aspectos econômico-financeiro, político-administrativo, socioambiental e urbano
- A viabilidade **econômico-financeira** dependerá da arrecadação, transferências federais e estaduais, despesas com pessoal, custeio e investimentos, dívidas e restos a pagar dos três anos anteriores. O EVM deverá apontar **receitas e despesas** para a aplicação dos mínimos constitucionais em educação e saúde e o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal
- A viabilidade **político-administrativa** deverá conter estimativas sobre o número de vereadores e de servidores necessários para o novo município
- A viabilidade **socioambiental e urbana** deverá apontar impactos ambientais. São criadas diretrizes para estabelecer os **limites geográficos**, que deverão ser preferencialmente estabelecidos por acidentes físicos, naturais ou artificiais. A viabilidade **socioambiental** também apontará o abastecimento de água, esgotamento e manejo de águas pluviais, crescimento demográfico, produção de resíduos, unidades de conservação, áreas indígenas, quilombolas ou militares
- O EVM deverá ser realizado em **180 dias** e terá validade de **24 meses**
- A assembleia legislativa terá de dar ampla **divulgação** ao EVM por 120 dias e realizar ao menos uma audiência pública em cada um dos núcleos urbanos. Qualquer pessoa física ou jurídica poderá pedir à assembleia a **impugnação** da EVM
- Se aprovado e homologado o EVM, a assembleia pedirá ao Tribunal Regional Eleitoral a realização do **plebiscito** para consultar a população
 - Se a proposta for **rejeitada**, ficará vedado novo plebiscito por 10 anos
 - Se a proposta for **aprovada**, a assembleia votará projeto de lei definindo nome, sede, limites, comarca judiciária e forma de absorção de servidores públicos
- Não poderá ser criado município com **nome** idêntico ao de outro que já exista
- Aprovada a lei estadual, a **eleição** de prefeito, vice-prefeito e vereadores ocorrerá na eleição subsequente. A instalação do município se dará com a **posse** dos eleitos. Após a posse, prefeito e vereadores devem definir a **execução orçamentária** e a **organização administrativa**. O novo município também deverá indenizar o original por **dívidas** contraídas para execução de investimentos no território

Prefeitos se reúnem com Renan Calheiros

Em reunião ontem com o presidente do Senado, Renan Calheiros, representantes dos prefeitos entregaram documento da Confederação Nacional de Municípios (CNM), assinado pelo presidente da entidade, Paulo Ziulkoski, afirmando que as desonerações

fiscais promovidas pela União em impostos compartilhados resultaram em uma redução de R\$ 6,9 bilhões da receita do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Os líderes municipalistas reivindicaram a aprovação da PEC 39/2013; o adiamento da

votação na Câmara do Projeto de Lei 7.495/2006 sobre o piso salarial dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias; e a atualização salarial do magistério público de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Especialistas defendem novo modelo de federalismo fiscal

Um novo modelo de federalismo fiscal foi defendido ontem na audiência pública da Comissão Senado do Futuro, presidida por Luiz Henrique (PMDB-SC). O professor Fernando Rezende, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), considerou equivocada a estratégia de reformas fatiadas e defendeu uma agenda de mudanças para a divisão de encargos. Mas o ex-ministro do Planejamento Reis Velloso, hoje superintendente-geral do Instituto Nacional de Altos Estudos, disse preferir mudanças em etapas porque as “supera-brangentes são inviáveis”.

O secretário-adjunto de Planejamento de Santa Catarina, Túlio Tavares Santos, falou sobre o modelo de desenvolvimento descentralizado adotado pelo estado a partir da gestão de Luiz Henrique como governador (2003-2010). O processo, disse Santos, ampliou o ambiente do diálogo regional, com maior agilidade no atendimento. Inácio Arruda (PCdoB-CE) considerou interessante a experiência e disse que em vários países europeus modelos semelhantes

dão mais eficiência a serviços públicos.

Rezende afirmou que há crescente interferência do governo federal nas finanças estaduais e municipais, com estipulação de pisos salariais e desonerações. Luiz Henrique concordou e defendeu a restauração da autonomia.

Ana Amélia (PP-RS) lembrou que em 1927, como deputado federal, Getúlio Vargas já advertia que o Rio Grande do Sul tinha alto nível de endividamento. Para ela, o conflito federativo está na gênese da Revolução Farroupilha, guerra separatista que se estendeu de 1835 a 1845.

Para Rezende, o novo modelo de federalismo fiscal deve recuperar a noção de um sistema tributário nacional, reconstruir a sistemática de transferências e aperfeiçoar o regime de garantias financeiras dos direitos sociais. Questionado pelo relator da comissão, Cristovam Buarque (PDT-DF), Rezende disse acreditar que, em 2050, o Brasil esteja mais próximo de um Estado unitário do que de uma Federação consolidada.



Santos, Velloso, Luiz Henrique e Rezende na Comissão Senado do Futuro

Sessão temática debaterá mudanças no pacto federativo

A terceira sessão temática do Senado, marcada para a próxima quinta-feira, será dedicada ao pacto federativo e

e o compartilhamento das receitas das vendas do comércio eletrônico — que o presidente do Senado, Renan Calheiros,

considerou fundamental para que os estados recuperem a capacidade de investimento. A pauta da sessão foi proposta por Walter Pinheiro (PT-BA, foto).



Walter Pinheiro/Agência Senado

Valadares: política de fomento regional precisa ouvir população

O presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), defendeu o envolvimento das comunidades na definição de uma nova política de desenvolvimento regional. Ele participou ontem de um

simpósio sobre o assunto na Câmara dos Deputados.

— Não terá efeito uma política regional de cima para baixo.

É preciso dar à nova política nacional um selo participativo, para que a redução das desigualdades resulte de um consenso de compromisso nacional.



Antonio Carlos Valadares/Agência Senado

Projeto cria a sociedade limitada unipessoal

Nova modalidade de empreendimento difere da empresa individual de responsabilidade limitada porque pode ser formada por uma pessoa jurídica, com capital dividido entre dois sócios ou mais

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem, em votação final e por unanimidade, projeto (PLS 96/2012) que aperfeiçoa a legislação da empresa individual de responsabilidade limitada (Eireli) e permite a criação da sociedade limitada unipessoal (SLU).

O texto retira a exigência de capital mínimo para formação da empresa individual — que hoje é de pelo menos 100 salários mínimos — e a obrigatoriedade de integralização de todo o capital no momento da constituição da empresa.

O autor da proposta, Paulo Bauer (PSDB-SC), disse que hoje, se alguém quiser iniciar um empreendimento individual, precisa colocar numa conta mais de R\$ 60 mil e esse capital deixa de existir em dois ou três dias, já que o cidadão precisa investir na empresa.

O relator, Gim (PTB-DF), lembrou que a obrigatoriedade de integralização leva a sócios-laranja, já que para as sociedades limitadas não há exigência de capital mínimo.



Autor do texto, Bauer acabou com a obrigatoriedade de integralizar R\$ 60 mil

O texto restringe à pessoa física a constituição da empresa individual de responsabilidade limitada. A lei em vigor dá brechas para que pessoa jurídica também possa fazê-lo.

Unipessoais

O projeto cria ainda as sociedades limitadas unipessoais, para permitir a limitação da responsabilidade do empresário. Uma única pessoa jurídica poderá ser titular de uma SLU, mas só uma pessoa natural pode ser titular de empresa

individual. O capital da SLU, porém, pode ser dividido entre dois sócios ou mais.

O relator acolheu emendas de José Agripino (DEM-RN) que incluem no texto as sociedades simples (quando os sócios exercem as profissões, com serviço de natureza pessoal) e não somente as sociedades empresariais.

José Pimentel (PT-CE) comemorou a aprovação da proposta, que, disse, auxiliará o governo a formalizar 11 milhões de empreendedores.

Contribuinte devedor poderá oferecer bens em garantia



O contribuinte com débito tributário poderá oferecer bens em garantia e obter uma certidão de regularidade fiscal. Projeto de lei (PLS 244/2011) do senador Armando Monteiro (PTB-PE) com esse objetivo foi aprovado ontem em decisão terminativa pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A proposta altera a Lei das Execuções Fiscais (6.830/1980), que já permite a oferta de bens em garantia pelo contribuinte, mas só após o ajuizamento da execução fiscal.

Dornelles: norma da Receita Federal gera insegurança jurídica



Em discurso no Plenário ontem, o senador Francisco Dornelles (PP-RJ) afirmou que a burocracia de leis e atos normativos estaria provocando insegurança jurídica no empresariado nacional.

O senador apontou como exemplo a Instrução Normativa 1.397 da Receita Federal, que procura modificar de forma retroativa a sistemática de tributação de dividendos distribuídos e capital próprio. De acordo com Dornelles, a instrução ignora o padrão internacional de escrituração contábil.

Nova lei traz estabilidade a casas lotéricas, diz Renan

Está em vigor desde ontem a Lei 12.869/2013, que estabelece critérios para a contratação e remuneração de permissionários lotéricos. Existem mais de 12 mil lotéricas no país, que empregam 60 mil pessoas.

— É uma matéria importantíssima, de grande interesse nacional. Com a nova lei, publicada hoje [ontem] no *Diário Oficial da União*, esse tipo de negócio se torna estável e juridicamente previsível — disse o presidente do Senado, Renan Calheiros.

A lei foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff com dois vetos.

Empregado deverá ser consultado sobre data de férias

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ratificou a aprovação do substitutivo a projeto de lei que determina consulta ao trabalhador sobre o período em que pretende gozar férias. O texto foi votado em turno suplementar ontem.

O projeto de lei (PLS 369/2011), da senadora Ana Rita (PT-ES), determina que a definição do período em que o trabalhador vai gozar férias deverá atender tanto as necessidades do trabalho quanto os interesses do trabalhador.

Iniciativa pretende acelerar processos da Justiça do Trabalho

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto de lei (PLC 63/2013) que reforma o sistema recursal da Justiça trabalhista. A proposta, do deputado Valtenir Pereira (PROS-MT), visa dar mais celeridade aos processos da Justiça do Trabalho. A

matéria segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde receberá decisão terminativa.

Para o relator, Paulo Paim (PT-RS), o projeto contribui para que o tempo de duração de um processo da Justiça do Trabalho seja razoável.

Aprovados 22 novos cargos para o Tribunal Superior do Trabalho

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem projeto que cria 22 cargos de provimento efetivo no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Os cargos são de analista judiciário na área de tecnologia da informação. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou requerimento

para análise da proposta em regime de urgência.

Relatada por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e por Suplicy, como ad hoc, a proposta recebeu pronunciamento favorável do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), exigido pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Texto normatiza relação entre cidadão e autoridade tributária

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem normas gerais aplicáveis à relação entre contribuintes e as administrações fazendárias da União, dos estados e dos municípios. O texto aprovado é um substitutivo de Armando Monteiro

(PTB-PE) ao projeto PLS 298/2011 — Complementar, de Kátia Abreu (PMDB-TO). A proposta, por exemplo, proíbe o uso de meios administrativos de cobrança que comprometam as atividades econômicas dos contribuintes para forçar o pagamento de tributos.

Comissão analisará proposta que regula greve no setor público

Hoje, a comissão mista de consolidação de leis e regulamentação de dispositivos constitucionais votará o relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RR) sobre a PEC 57/1999, que combate o trabalho escravo, e a minuta de projeto de lei

que regulamenta o direito de greve dos servidores públicos.

A comissão foi instalada em 2 de abril e tem até 23 de dezembro para apresentar as conclusões. O grupo é formado por 12 senadores e 12 deputados.

(Da Agência Câmara)

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Vai ao Plenário do Senado maior rigor contra pedofilia na internet

Proposta originada na CPI da Pedofilia cria normas para a preservação de dados de usuário da internet e o repasse de informações à polícia

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) deu ontem mais um passo para acelerar as ações de repressão a crimes sexuais contra crianças e adolescentes praticados pela internet. Foi aprovado projeto de lei (PLS 494/2008), de iniciativa da CPI da Pedofilia, que disciplina a preservação de dados de usuários da internet e a transferência de informações aos órgãos de investigação policial.

A proposta obriga provedores de internet e empresas de telecomunicações situados no Brasil a manter dados cadastrais e de conexão dos usuários por pelo menos três anos. Já os fornecedores de serviço de conteúdo ou interativo, como operadoras de redes sociais, ficam obrigados a armazenar os dados por seis meses.

— Os dados não eram fornecidos às autoridades policiais e judiciárias. As empresas de telefonia levavam seis, oito meses para dar uma resposta. Com a lei, vamos ter aquilo que precisamos para proteger nossas crianças — comentou o senador Magno Malta (PR-ES), que presidiu a CPI da Pedofilia e relatou o PLS 494/2008.

Durante os trabalhos da comissão, os parlamentares constataram a necessidade de instituir mecanismos legais para assegurar o armazenamento e o acesso rápido a informações sobre os criminosos. Assim, o projeto também tornou obrigatória a exigência de dados mínimos de identificação de todo destinatário de um endereço de Internet Protocol (IP).



Magno Malta (D), ao lado de Aloysio Nunes Ferreira, vê na proposta aprovada um instrumento de proteção às crianças

Acesso a dados requer autorização judicial

O PLS 494/2008 também exige maior participação das empresas prestadoras de serviço de internet no combate à pedofilia. Dessa forma, deverão entrar em contato com a polícia e o Ministério Público assim que tomarem conhecimento da prática de crime sexual contra criança e adolescente pela internet, preservando as evidências por até 180 dias.

A providência já havia sido

prevista em termo de cooperação celebrado, no âmbito da CPI da Pedofilia, entre o Ministério Público Federal, as empresas de telecomunicações e provedores de acesso à internet.

Inicialmente, Magno Malta havia acolhido apenas duas das três emendas ao PLS 494/2008 aprovadas pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). Graças a destaque para votação

em separado apresentado por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), foi aprovada pela CCJ e agregada à proposta a emenda rejeitada pelo relator que exigia autorização judicial para requisição de transferência de dados cadastrais e de conexão à autoridade policial ou ao Ministério Público.

“A emenda pretende corrigir um equívoco trazido pelo projeto, por afronta ao direito constitucional da intimidade e da privacidade”, argumenta Aloysio na defesa da emenda da CCT.

Pedro Taques (PDT-MT) também atuou como relator da matéria e acolheu emenda apresentada por Humberto Costa (PT-PE) para harmonizá-la com a legislação que trata da lavagem de dinheiro, do crime organizado e do inquérito policial.



Projeto também estabelece formas de colaboração das empresas de internet

Comissão ouvirá policiais sobre segurança

A Comissão Especial de Segurança Pública decidiu ontem quais especialistas convidará para as audiências públicas do colegiado.

Para o debate do dia 30, sobre a estrutura da polícia, serão chamados o presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, Marcos Leôncio Ribeiro, e o presidente da Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis, Jânio Bosco Gandra.

Para a audiência sobre proteção ao cidadão e à vítima, que ainda terá a data marcada, será chamado o professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP) Leandro Piquet Carneiro.

Também serão convidados representantes do Ministério da Defesa, da Federação

Brasileira de Bancos, da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores e da Associação Brasileira de Empresas de Vigilância, na audiência que vai tratar da regulamentação das atividades potencialmente nocivas à segurança do cidadão.



Pedro Taques, relator da comissão que propôs soluções para segurança

Presidida por Vital do Rêgo (PMDB-PB) e relatada por Pedro Taques (PDT-MT), a comissão especial foi instalada no último dia 2 e deverá propor em 90 dias um novo modelo de segurança pública, partindo das propostas já em tramitação no Senado.

Durante a instalação da comissão especial, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que, embora a segurança pública seja atribuição de estados e municípios, esses entes da Federação estão “estrangulados pelo centralismo fiscal”.

Ele afirmou que, como parlamentar e, antes, como ministro da Justiça, “sempre defendeu a vinculação orçamentária”, ainda que temporária, para a segurança e a proibição do contingenciamento de verbas.

Grupo Mídia Ninja será tema de audiência pública

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) fará uma audiência pública em 3 de dezembro para debater o papel do coletivo Fora do Eixo e da Mídia Ninja (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação). O debate será realizado com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O Fora do Eixo reúne coletivos culturais em todo o país e tem na Mídia Ninja um braço para a área de comunicação colaborativa. Durante os protestos de junho, a Mídia Ninja ganhou atenção pela cobertura das manifestações, em vídeo, em tempo real.

Segundo Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), as duas organizações estão sendo “criminalizadas”.

Ana Amélia critica orçamento para a defesa em 2014

A senadora Ana Amélia (PP-RS) criticou em Plenário ontem a previsão de recursos orçamentários feita pela área de planejamento do governo federal para atender o setor de defesa.

Ana Amélia chamou a atenção para a diferença entre o montante de recursos disponibilizado pelo governo federal e o total necessário para atender as demandas.

— Não há como fazer a defesa aérea de 22 milhões de quilômetros quadrados sem investimentos e sem orçamento — afirmou.

Vanessa apresenta projeto para tipificar crime de seqüela

Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) apresentou um projeto que tipifica o crime de seqüela e o inclui no rol de crimes hediondos. Segundo a senadora, o ataque que deixa seqüela vai além de uma agressão gravíssima.

— O crime de seqüela constitui uma lesão que objetiva alterar e debilitar de forma permanente a aparência física ou a condição psicológica da vítima.

A proposta (PLS 429/2013) prevê o agravamento da pena quando a agressão for cometida por irmão, cônjuge ou companheiro.

Suplicy questiona uso de lei da ditadura contra manifestantes

Eduardo Suplicy (PT-SP) questionou a aplicação de uma lei da ditadura contra manifestantes que usam métodos violentos em protestos.

O senador leu uma carta que enviou ao secretário estadual de Segurança Pública de São Paulo, Fernando Grella Vieira. No documento, pede que os manifestantes violentos sejam enquadrados em outras normas, e não na Lei de Segurança Nacional (Lei 7.170/1983).

Para Suplicy, é “um grande equívoco” aplicar a Lei de Segurança Nacional nesses casos, pois a norma não abrange atos de vandalismo.

Clube prejudicado poderá pedir em juízo a expropriação de bens do ex-dirigente responsável pelo endividamento. Proposta foi aprovada em decisão terminativa e vai à Câmara



Ao lado de Anibal Diniz, Vital do Rêgo preside sessão da CCI que aprovou normas para responsabilizar dirigentes esportivos

Ex-dirigentes poderão responder por dívidas

EX E ATUAIS dirigentes de entidades esportivas profissionais podem ser responsabilizados e receber as sanções civis previstas na Lei Pelé (Lei 9.615/1998) por problemas durante as gestões. Projeto de lei com esse objetivo foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O autor do PLS 429/2012, Vital do Rêgo (PMDB-PB), ressaltou que o objetivo é contribuir para evitar que diretores esportivos deixem dívidas insolvíveis para os sucessores. A proposta vai impedir que os atuais dirigentes utilizem créditos antecipados de forma irresponsável.

Para o relator, Alvaro Dias (PSDB-PR), essa é mais uma medida de moralidade na gestão do esporte no Brasil e inibirá até mesmo o endividamento excessivo dos clubes, ao ameaçar os dirigentes. De acordo com o parlamentar, o clube prejudicado poderá pedir em juízo a expropriação patrimonial de bens particulares do ex-dirigente, por responsabilização civil.

Durante a discussão, o senador citou o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito do Futebol, que impôs responsabilizações aos dirigentes de futebol desonestos, que eram homenageados em vez de punidos.

Ana Rita (PT-ES) comemorou a aprovação da matéria, que fortalece a Lei 12.868/2013, sancionada há poucos dias, e que democratiza as sociedades esportivas assegurando eleições diretas de quatro em quatro anos. Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) lamentou o excesso de medidas provisórias e a prática do governo de legislar sobre o que o Congresso Nacional já decidiu, caso desse projeto.

Sérgio Souza (PMDB-PR) elogiou a aprovação em um momento propício, para reformular a legislação do esporte em época de Copa do Mundo e Olimpíadas a serem realizadas no país.

Projeto prevê mais transparência em venda de atletas profissionais

Os clubes esportivos poderão ser obrigados a apresentar a lista de empresas e outros parceiros que tenham direito a receber parte da cláusula indenizatória desportiva, os chamados direitos econômicos sobre o atleta. O objetivo é tornar mais clara a participação de empresários e outros investidores nas negociações de jogadores.

Proposta com essa finalidade foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O Projeto de Lei do Senado (PLS) 428/2012 é de autoria de Vital do Rêgo (PMDB-PB) e recebeu decisão terminativa.

Cláusula indenizatória desportiva é o direito do clube de receber uma compensação de outra entidade caso o contrato seja rescindido antes do fim. Conforme a Lei Pelé (Lei 9.615/1998), o valor só é pago em duas ocasiões: transferência do atleta para outro clube no Brasil ou no exterior, durante a vigência do contrato de trabalho, ou por ocasião do retorno do atleta às atividades em outro clube, no prazo de até 30 meses.

A não apresentação da lista com as empresas ou pessoas que tenham direitos econômicos sobre a venda de um atleta pode impedir os clubes de receber recursos públicos ou fazer jus a programas de recuperação econômico-financeiros. A proposta também determina a utilização de, pelo menos, 10% da cláusula indenizatória para a quitação de débitos fiscais,

previdenciários e trabalhistas dos clubes.

Segundo Vital, investidores compram parte dos direitos econômicos e lucram com as eventuais negociações futuras dos jogadores.

O autor observou que a esses investidores interessa a negociação do atleta antes do término do contrato de trabalho, o que depende da anuência expressa do profissional. Assim, a pressão da negociação entre clubes passa a recair sobre o jogador.

Segundo o relator na CAS, Sérgio Souza (PMDB-PR), o projeto traz mais transparência às negociações sobre contratações de atletas profissionais.

Participação de investidores tem se tornado comum no esporte, diz Vital do Rêgo

Senado aprova três nomes para cargos públicos

O Plenário aprovou ontem três indicados para cargos públicos. O general Fernando Azevedo e Silva e José Jurhosa Junior foram indicados por Dilma Rousseff para presidir a Autoridade Pública Olímpica (APO) e para o cargo de diretor da Agência Nacional

de Energia Elétrica (Aneel), respectivamente. Luiza Cristina Frischeisen foi indicada pela Procuradoria-Geral da República para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O general foi aprovado por 46 votos a 7. A APO é um consórcio público interfederativo

formado pelo governo federal, pelo governo do Rio de Janeiro e pela prefeitura da capital fluminense para coordená-los na preparação e na realização dos Jogos Olímpicos de 2016. Ele havia passado por sabatina terça-feira, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O futuro diretor da Aneel foi aprovado por 53 votos a 10. Luiza Cristina foi aprovada por 58 votos a 8. Ambos haviam sido sabatinados ontem mesmo, em comissões do Senado, quando foi aprovada urgência para a votação das indicações em Plenário.

Futuro diretor, engenheiro eletricitista atua na Aneel desde 1998

A sabatina de José Jurhosa Junior foi feita pela Comissão de Infraestrutura (CI), que aprovou o nome por unanimidade. Ele é servidor da Aneel desde 1998. Engenheiro eletricitista formado pela Universidade Federal de Mato Grosso, atuou nas Centrais Elétricas Mato-Grossenses S.A.

Em 1998, já na Aneel, trabalhou na Superintendência de Concessões, Permissões e Autorizações de Transmissão e Distribuição. De 1999 a 2006, atuou na Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade. Nos últimos sete anos, atua como assessor da diretoria da Aneel e, desde 2007, é vice-presidente da Comissão Especial de Licitação.

Vários senadores falaram a favor do candidato, como

Oswaldo Sobrinho (PTB-MT), Blairo Maggi (PR-MT), Delcídio do Amaral (PT-MS), Lobão Filho (PMDB-MA), Ivo Cassol (PP-RO) e Wellington Dias (PT-PI). A CI fez a leitura do relatório de Alfredo Nascimento (PR-AM) sobre a indicação de Paulo Sérgio Passos para diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).



José Jurhosa trabalhou sete anos fiscalizando serviços de eletricidade

Novo Código Penal pode prever black blocs, diz indicada ao CNJ

Elogiada pelos senadores pela história no Ministério Público Federal, que integra desde 1992, Luiza Cristina Fonseca Frischeisen recebeu 14 votos após sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Eduardo Suplicy (PT-SP) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) pediram a ela que comentasse a atuação dos manifestantes que usam violência contra patrimônio público e privado, os *black blocs*. A procuradora respondeu que os cidadãos têm o direito de se manifestar e há pessoas que identificam a violência como forma legítima de protesto, mas ela não acredita nisso.

— É o momento, com as discussões do novo Código Penal, de o crime de dano ter graduações. Uma coisa é

quebrar a vidraça, outra é ir pra rua e depredar patrimônio.

Luiza fez um histórico da atuação dela tanto no campo administrativo, pois foi procuradora-chefe da Procuradoria Regional da República da 3ª Região, quanto na função do MP, de defesa dos interesses coletivos, que exercia em processos e estudos acadêmicos.



Luiza recebeu elogios pela atuação no Ministério Público Federal



Eduardo Ibiapina vai representar o país em Bucareste, capital romena

Romênia e Barbados vão ter novos embaixadores

O Plenário aprovou ontem a indicação de Eduardo Augusto Ibiapina de Seixas para a embaixada do Brasil na Romênia e a de Luiz Gilberto Seixas de Andrade para a embaixada em Barbados.

Na sabatina na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Seixas disse que a indústria do petróleo e a produção de biocombustíveis estarão no topo da agenda das relações entre Brasil e Romênia.

Andrade apontou que uma das áreas com maior potencial no relacionamento entre Brasil e Barbados é a da cooperação técnica em áreas como produção de etanol e combate à aids.